

ACTA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E SETE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E NOVE. -----

Aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro de dois mil e nove, reuniu pelas vinte e uma horas na Sala de Sessões da Sede do Município de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte: -----

-----ORDEM DO DIA: -----

- 1. Expediente.**-----
- 2. Actas.**-----
- 3. Feiras no Município.**-----
- 4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL**-----
 - a) Projecto de Postura Municipal de Trânsito (condicionamento de trânsito de veículos de transporte de mercadorias perigosas nos perímetros urbanos do Município de Santiago do Cacém;**-----
 - b) Pedido de autorização de colocação das Armas do Município no cartão de sócio da Casa do Benfica de Santiago do Cacém;**-----
 - c) Pedreira dos Fornecos – Declaração de Interesse Municipal;**-----
 - d) Pedreira “Monte das Sesmarias” – Declaração de Interesse Municipal;**-----
 - e) Estatutos da CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral;**-----
 - f) Consentimento expreso da não inclusão do Município de Santiago do Cacém na sociedade a criar pela Associação de Município do Distrito de Setúbal.**-----
- 5. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA.**-----

Efectuada a chamada verificou-se estarem presentes os Membros: Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, José Adelino Cardoso Cintrão, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António Gonçalves Pereira, José Élio Sucena, Margarida Isabel de Matos Pereira, António João Antunes Isidoro, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, Fernando Augusto Pereira de Sousa, António Albino, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. -----

Não compareceram os membros: Alexandre Rosa, José Diogo, Sandra Coelho, Miriam Vicente, José Catalino, Rui Madeira e Joaquim Gonçalves. -----

Verificou-se ainda a presença, do senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Proença, e dos senhores Vereadores Margarida Santos, José Rosado, Álvaro Beijinha, e Maria dos Anjos Polfícia. -----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA -----

O senhor Presidente deu conhecimento de que o senhor José Catalino, Presidente da Junta de Freguesia de Abela, era substituído na sessão, pelo seu substituto legal, senhor Albano Mestre. -----

-----**JUSTIFICAÇÃO DA AUSÊNCIA DE ELEITOS DO PS** -----

O senhor Arnaldo Frade informou que a ausência dos eleitos do Grupo Municipal do PS, se devia à sua participação no Congresso Nacional do Partido Socialista a decorrer em Espinho. -----

-----**PROPOSTA DE MOÇÃO SOBRE O IP 8 - CONCESSÃO BAIXO ALENTEJO --**

Pelo senhor Pedro Gamito, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de moção:-----

“A Assembleia Municipal reunida a 27 de Fevereiro de 2009, congratula-se pela Concessão Baixo Alentejo apresentada em 13 de Fevereiro em Santiago do Cacém e posterior arranque das obras do IP8 (Maio), por ser uma via fundamental para o desenvolvimento do Litoral Alentejano e do País há muito reivindicada. Esta via estruturante permitirá agilizar o transporte de mercadorias, potenciar o turismo e circulação de visitantes, aproximar infra-estruturas, promover o desenvolvimento da região e do Município de Santiago do Cacém entre outros benefícios. -----

Saudamos a intervenção e empenho da Câmara Municipal neste processo pelo qual sempre pugnou e também pela estreita articulação com as populações e agentes locais diversos (empresas/entidades) junto do Governo. -----

Lamentamos no entanto a inclusão de portagens nesta via que não deixará de ser um condicionalismo para esse mesmo desenvolvimento a que se aspira.” -----

O senhor Presidente colocou a proposta de moção para discussão.-----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, referindo concordar com o teor da moção e a importância daquela via estruturante. -----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e cinco votos a favor, sendo dezassete dos eleitos da CDU, quatro dos eleitos do PS, três dos eleitos do PSD e um do eleito do BE, e uma abstenção do senhor António Isidoro, eleito do PSD. -----

-----**HOSPITAL DO LITORAL ALENTEJANO – FUNCIONAMENTO DO SERVIÇO DE URGÊNCIAS** -----

O senhor João Saraiva de Carvalho referiu que, no dia vinte e três do mês em curso, pode constatar que aquele serviço de urgências estava completamente congestionado, com dezenas de pessoas a protestar devido à demora no atendimento, dando como exemplo uma utente que fez a triagem às dez horas e trinta e sete minutos e saiu daquele Hospital às quinze horas e trinta e três minutos, a qual tinha uma simples infecção urinária, cujo diagnóstico, numa situação normal, não demoraria uma hora para ser feito. O senhor Jorge Pinela referiu que o encerramento do SADU levou ao entupimento das urgências com muitas situações que podiam ser resolvidas naquele serviço. Acrescentou que a solução para descongestionar as urgências do Hospital passa pela criação de um serviço que atenda as situações menos graves. -----

Mais referiu que se induziu as pessoas em erro aquando do encerramento do SADU, porque lhes foi dito que iriam ter mais consultas nas freguesias, o que não aconteceu na

maior parte das extensões de saúde, enquanto a situação se foi agravando nas urgências do Hospital, onde também não existe espaço suficiente para os médicos funcionarem, se estiverem quatro de serviço, só dois terão gabinete para trabalharem. -----
Concluiu, referindo que mudou o Ministro da Saúde, mas não foi alterada a política que estava programada.-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu partilhar da opinião do senhor Jorge Pinela sobre o encerramento do SADU, considerando que se tratava de um serviço fundamental para a população. Acrescentou que quando estava em preparação aquela medida, houve quem a tomasse como boa, e houve quem alertasse para o cenário actual. -----

Mais referiu que o espaço físico daquele Serviço não foi projectado para um número tão grande de utentes, e que a Direcção do Hospital estará a equacionar a requalificação do mesmo.-----

O senhor Jaime Cáceres referiu que o SADU foi encerrado sem que tenham sido encontradas soluções alternativas nas extensões de saúde. Acrescentou que foi proposto, há cerca de ano e meio, o prolongamento do horário de funcionamento do Centro de Saúde de Santiago do Cacém e da Extensão de Saúde de Santo André, bem como a sua abertura aos fins-de-semana para cuidados de enfermagem, sem que tenham sido tomadas medidas nesse sentido, pelo que, considerou que é preciso colocar novamente a situação à Administração Regional de Saúde, porque a mesma está a afectar a população do Litoral Alentejano. -----

Interveio o senhor Joaquim Gamito para reforçar a posição da Assembleia Municipal na contestação ao encerramento do SADU, medida defendida por alguns com o argumento de que o atendimento nas extensões de Saúde iria melhorar, o que não se veio a verificar. -----

Acrescentou que o encerramento do SADU aconteceu contra a vontade das populações, e referiu que as pessoas eram atendidas naquele Serviço num curto espaço de tempo e muitas não precisavam de ir para as urgências, onde esperam horas e horas para serem atendidas.-----

Mais referiu que deveria ser feita pressão junto das entidades responsáveis, no sentido de ser criada uma alternativa, porque as pessoas chegam àquele Serviço com uma doença simples e saem de lá ainda mais doentes. -----

O Senhor João Saraiva de Carvalho informou ainda que, naquele dia, as pessoas mais exaltadas enfrentavam os seguranças e iam novamente à triagem onde lhes era mudada a pulseira para outra com maior prioridade. Situação que fazia com que os ânimos se exaltassem ainda mais. -----

O senhor Arnaldo Frade referiu que partia do princípio de que todos os presentes queriam o melhor para os cidadãos dos Município, acrescentando que, naquela altura, achava que o encerramento do SADU iria ser positivo para as pessoas, as quais passariam a dispor de um médico nas extensões de saúde, evitando a sua deslocação à sede do Município.-----

Mais referiu que houve posições públicas do Director do Centro de Saúde de Santiago do Cacém defendendo aquela medida, e que a Comissão de Saúde da Assembleia Municipal informou, com base no balanço que fez, que depois do encerramento daquele Serviço, se verificaram melhorias no atendimento nas extensões de Saúde. -----

Acrescentou que deveria ser feita pressão, pela positiva, junto das entidades responsáveis, no sentido de ser alterada a actual situação, considerando importante que a mesma continue a ser acompanhada para que sejam identificados os problemas.-----

O senhor Carlos Pereira Dias referiu que os centros de Saúde deveriam praticar medicina preventiva, e os hospitais medicina curativa. -----

Acrescentou que os médicos que estavam afectos ao SADU poderiam prestar os mesmos serviços no Hospital. -----

Mais referiu que depois da triagem, os utentes tem que esperar muito tempo até que haja um médico disponível. Contudo, acrescentou que já tem ouvido elogios aos serviços prestados naquele Hospital, e que, o pomo da discórdia continua a ser as Urgências. ----

Mais referiu que, na era da informática, se constata que os serviços estão cada vez mais burocratizados. -----

O senhor Francisco Roque referiu que havia algumas reservas relativamente ao SADU, dado que, eram os médicos que prestavam serviço no Centro de Saúde que asseguravam o seu funcionamento, acrescentando que o encerramento daquele Serviço permitiu que aqueles profissionais fossem reforçar o atendimento nas freguesias, facto que a Comissão de Saúde da Assembleia Municipal comprovou. -----

Mais referiu que as questões que se colocam são, se todos os casos tem carácter urgente, e se as urgências tem capacidade para atender todos os utentes a que a elas recorrem. ----

Referiu ainda que também existem graves problemas de transporte para acesso ao Hospital e aos centros de saúde. Há falta de médicos de diferentes especialidades e, para agravar a situação, há a questão das taxas moderadoras. -----

Acrescentou que o diagnóstico estava feito, pelo que, seria necessário pressionar a Administração Central no sentido da resolução dos problemas nomeadamente, o prolongamento do horário de atendimento nos centros de saúde, o serviço de enfermagem aos fins de semana e o funcionamento das urgências no Hospital. -----

Referiu ainda ter muitas reservas sobre o resultado das diligências que vierem a ser feitas junto da Administração Regional de Saúde, tendo em conta o que tem sido a aceitação, por parte daquela entidade, das propostas apresentadas pela Assembleia Municipal sobre as questões da Saúde no Município. -----

O senhor António Isidoro referiu ficar chocado ao ver as pessoas saírem do autocarro na paragem que fica distante dos serviços do Hospital e terem que percorrer a pé todo aquele caminho, aliado ao facto de naquela paragem nem sequer existir um abrigo para os utentes, acrescentando que, quando chove, os mesmos ficam molhados, agravando o seu estado de saúde. -----

O senhor Fernando Gonçalves referiu que na extensão de Saúde de S. Domingos, a qual serve também os utentes da Freguesia de Vale de Água, depois do encerramento do SADU, passou a haver mais tempo de consultas médicas, embora continuem a ser insuficientes para as necessidades, para além de que a extensão de Saúde abre às nove horas e o médico só chega às dez horas e trinta minutos. Acrescentou que mesmo quando se trata de uma situação simples os utentes são encaminhados para as urgências do Hospital, onde esperam durante horas, enquanto no SADU bastaria uma hora para resolver o problema. -----

O senhor Vítor Paulo referiu que estaria de acordo com o encerramento do SADU se as promessas que foram feitas tivessem sido cumpridas, ou seja, se tivesse havido um maior aumento de consultas e cuidados de enfermagem nos centros e extensões de Saúde. -----

Mais referiu que no SADU era permitido fazer horas extraordinárias, o que não acontece nos centros de saúde, daí também a limitação nas horas de atendimento. -----

Interveio novamente o senhor Arnaldo Frade, referindo que não considerava defensável o encerramento do SADU, a todo o custo, assim como não seria defensável a sua reabertura em prejuízo do atendimento de proximidade. -----

Acrescentou que a Comissão de Saúde da Assembleia Municipal deveria verificar qual a evolução da situação, para se poder reivindicar a tomada de medidas, a quem de direito. O senhor João Saraiva de Carvalho sugeriu que fosse realizada uma sessão extraordinária sobre este assunto, com a participação de profissionais e responsáveis do sector da Saúde. -----

O senhor Francisco Roque considerou que seria oportuno a realização duma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para tratar das questões dos cuidados de Saúde no Município, em paralelo com o trabalho que a Comissão venha a desenvolver. -----

O senhor Presidente propôs que a Comissão de Saúde voltasse a reunir e que na próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal apresentasse as suas conclusões sobre o assunto, com base nas quais serão tomadas decisões. -----

A proposta foi aprovada, por unanimidade. -----

FREGUESIA DE ERMIDAS – ASSUNTOS VÁRIOS-----

O senhor Alberto de Brito chamou a atenção para o **depósito de “monos”** (portas, janelas, persianas), junto aos contentores, numa entrada da Zona Industrial Ligeira – **ZIL**, naquela Vila, sugerindo que fosse colocada uma placa naquele local com a indicação de que os mesmos não deverão ser ali depositados. -----

Referiu a necessidade de **intervenção da niveladora em algumas ruas da Vila**, cujo piso está muito danificado. -----

Solicitou novamente a intervenção da **varredoura** para limpeza das ruas daquela Vila, dado que a situação se agravou com as chuvas que arrastaram a gravilha para junto dos lancis. -----

Solicitou também a **reposição dos passeios**, onde têm sido feitas intervenções para reparação de roturas na rede de águas. -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou ao senhor Vereador José Rosado para responder às questões colocadas, o qual começou por referir que tinha registado a questão relativa às **placas a colocar junto dos contentores, na ZIL.**-----

Informou que foi elaborado um **plano de intervenção da varredoura** nalgumas freguesias, o qual **contempla a Freguesia de Ermidas**, acrescentando que a Junta de Freguesia será informada, atempadamente, da data em que a mesma terá lugar. -----

Sobre a **reposição dos passeios**, reconheceu que se têm registado atrasos na reposição dos mesmos. Situação que tentará corrigir.-----

ABATE DE PINHEIROS NA FREGUESIA DE SANTO ANDRÉ-----

O senhor Fernando Pereira de Sousa questionou sobre as razões do abate dos pinheiros, se é porque estavam doentes, sendo depois queimados, e, caso afirmativo, em que local está a ser feita a queima, ou se os mesmos são para comercializar. -----

Questionou ainda sobre a situação das árvores existentes nos quintais, no caso de também estarem doentes. -----

O senhor Vereador José Rosado referiu que os pinhais do Município têm sido afectados pela nemátodo, de uma forma geral, com maior incidência na Freguesia de Santo André, que exigiu uma intervenção prioritária. Acrescentou que a responsabilidade pela contenção daquela doença cabe ao Ministério da Agricultura, mas tendo em conta a urgência na resposta, a Câmara Municipal decidiu colaborar, contratando uma empresa para proceder ao corte dos pinheiros doentes. Mais informou que aquela madeira tem pouco valor comercial e que segue para trituração. -----

Informou ainda que não foi feita qualquer intervenção relativamente aos pinheiros existentes nas zonas privadas (quintais). -----
Concluiu, referindo que, no âmbito do Dia Mundial da Árvore, terá lugar uma iniciativa que compreende a plantação de mil árvores, para substituição daquelas que tem sido abatidas, a qual contará com a participação dos alunos e professores de várias escolas do Município.-----

SEGURANÇA RODOVIÁRIA-----

O senhor Jorge Pinela colocou a questão da segurança dos peões no acesso aos ecopontos colocados junto de passadeiras, em Deixa-o-Resto e na Cidade de Santiago do Cacém. Acrescentou que registou com agrado a alteração da disposição dos ecopontos, os quais passaram a estar virados para os passeios, aumentando a segurança das pessoas ao depositarem os resíduos.-----

Referiu a insegurança no troço da via à saída da Cidade de Santiago do Cacém para Santo André, onde os acidentes são cada vez mais frequentes e com maior gravidade. Acrescentou que a Câmara e a Assembleia Municipal deveriam fazer pressão junto das entidades competentes para a alteração do traçado daquela via, pelo menos, nos primeiros cinco quilómetros, onde se têm registado acidentes quase todos os dias, bem como no entroncamento de acesso ao Hospital do Litoral Alentejano. -----

Mais referiu que deveria ser construído um caminho para peões e bicicletas no troço junto àquela via, entre a Cidade de Santiago do Cacém e o Hospital do Litoral Alentejano. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a situação daquela estrada é muito preocupante, existindo muitos pontos negros, sobretudo no troço desde a saída da Cidade de Santiago do Cacém até ao entroncamento do Hospital, nomeadamente na recta nos Escatales, junto à qual se situam alguns estabelecimentos comerciais, nas curvas do Pomar Grande e no acesso ao Hospital. -----

Acrescentou que a Câmara Municipal tem diligenciado, com muita insistência, junto das entidades competentes, para que tomem medidas sobre esta matéria, tendo para o efeito se deslocado à sede da empresa Estradas de Portugal acompanhado de vários responsáveis de empresas do complexo industrial de Sines, presidentes das Juntas de Freguesia, de Associações de Bombeiros, entidades bancárias e outras, no sentido de sensibilizarem os responsáveis da mesma para aquele problema, onde argumentou também com o previsto no Plano Rodoviário Nacional que determina que as estradas nacionais devem estar ligas entre si, o que não é o caso da ER 261-5 que termina em dois caminhos municipais.-----

Mais informou que lhes foi transmitido que não havia cabimento para aquela intervenção, e, depois de muita insistência, foram obtidos dois compromissos da E.P; o desenvolvimento do projecto para alteração do traçado daquela via, a partir da Quinta do Chafariz, vencendo a primeira inclinação e logo a seguir a construção de uma rotunda no entroncamento para o Bairro da Carapinha, inflectindo depois com passagem por detrás da Igreja Maná, compreendendo também o alargamento da via, criando assim melhores condições de circulação. Acrescentou que a Câmara Municipal está a acompanhar o desenvolvimento do projecto, esperando, em breve, receber notícias sobre o novo traçado. -----

Informou ainda que aquando da recente deslocação do Senhor Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas a Santiago do Cacém, foi realçado, por aquele responsável, o empenho da Câmara Municipal para a resolução deste problema ao mesmo tempo que garantia, novamente, que o processo era para avançar.-----

Ainda sobre o entroncamento de acesso ao Hospital, informou que a Câmara Municipal chamou a atenção para a necessidade da construção de uma rotunda naquele local, mas não foi atendida, acrescentando que o Ministério da Saúde pretendia criar ali uma faixa de desaceleração, a qual foi rejeitada pela E.P. Pelo que, a Câmara Municipal voltou a colocar a questão na sessão de apresentação do novo IP8, chamando a atenção para os acidentes naquele local que já causaram várias mortes. Informou ainda que tudo aponta para que a concessão venha a integrar a solução para aquele problema. -----

Sobre o acesso de ligação de Santo André ao IP8, informou que, finalmente, parece que começa a ser aceite a posição da Câmara Municipal relativa à necessidade de criação do mesmo, pelo que, irão insistir para que seja concretizado. -----

Mais informou que a pior situação existente no Município no referente a vias degradadas, é a da EN 390 (Charnequinha – Cercal), onde, há dois anos, foi feita uma péssima intervenção, da qual resultou que passado um mês das obras terminarem o piso entrasse em progressiva degradação, situação para a qual a Câmara Municipal chamou a atenção, na devida altura. -----

Por último, informou que a instalação de semáforos, em Deixa-o-Resto e na Mimosa, será concretizada no ano em curso, e que foi reconhecida pela E.P a necessidade de intervenção na via entre as Fornalhas e os Bicos. Acrescentou que foi também chamada a atenção para o troço entre Deixa-o-Resto e Cascalheira, em cujo piso é preciso intervir, para além da limpeza das bermas que está em curso. -----

SUBSTITUIÇÃO DE CIDADÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA -----

O senhor Presidente colocou para discussão a proposta de substituição, do senhor Armando António (a seu pedido), naquele Conselho, pelo senhor **Élio dos Anjos Rosa**, natural e residente em Santiago do Cacém, com a idade de vinte e oito anos, e a profissão de pintor industrial, o qual foi indicado pela Assembleia de Freguesia de S. Bartolomeu como cidadão de reconhecida idoneidade, tal como o seu antecessor, respondendo à solicitação da Assembleia Municipal. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra. -----

O senhor Presidente colocou para discussão e aprovação uma proposta no sentido de ser dispensada a votação, por voto secreto, a qual foi aprovada, por unanimidade. -----

O senhor Presidente colocou em seguida a votação a **proposta** para **indicação** do cidadão **Élio dos Anjos Rosa** para integrar o Conselho Municipal de Segurança, a qual foi **aprovada por unanimidade**. -----

ORDEM DO DIA: -----

1. Expediente. -----

Foi dado conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços da Assembleia Municipal desde a última Sessão Ordinária, em dezanove de Dezembro de dois mil e oito, até vinte e sete de Fevereiro de dois mil e nove, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

2. Actas. -----

O senhor Presidente colocou para discussão e aprovação a **acta número nove**, da Sessão Ordinária de dezanove de Dezembro de dois mil e oito, a qual foi **aprovada, por maioria**, com sete abstenções, dos senhores Nuno Braz, Margarida Pereira, João Saraiva

de Carvalho, Igor Guerreiro, Vítor Paulo Barata, Armando Climas e Albano Mestre, por não terem estado presentes.-----

O senhor Presidente colocou em seguida para discussão e aprovação a **acta número um**, da Sessão Extraordinária de treze de Janeiro de dois mil e nove, a qual foi **aprovada, por maioria**, com três abstenções, dos senhores Igor Guerreiro, Jorge Pinela e Pedro Gamito, por não terem estado presentes. -----

3. Feiras no Município.-----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, referindo que se trata de uma questão importante que importava abordar e que o mesmo estava a acontecer um pouco tardiamente dado o mandato estar a terminar. Contudo, considerou que talvez fosse útil a **constituição de uma comissão** para elaborar um trabalho prévio que servisse de base à discussão, apresentando **proposta** naquele sentido. -----

O senhor Jorge Pinela referiu que a questão das feiras não tem sido devidamente abordada, considerando necessário definir o que se pretende das mesmas. -----

Acrescentou que a Feira Agrícola tem vindo a perder as suas características, e que os expositores e os feirantes se queixam dos valores que lhes são pedidos. -----

Mais referiu que na última edição daquela Feira, as pessoas saíram do recinto para irem à tourada e quando pretenderam voltar para o mesmo tiveram que comprar novamente bilhete, situação que deveria ser revista. -----

Referiu também que é necessário procurar patrocínios para aquele certame, e que o mesmo deverá ser realizado de acordo com a vocação para que foi criado. -----

Deu ainda alguns exemplos de certames que têm sido realizados noutros Municípios, com sucesso, nomeadamente, a Feira do Tomate, em Mora, com projecção nacional e internacional, onde são promovidos colóquios sobre aquela temática, nos quais os interessados são informados sobre as perspectivas para aquele sector; a Feira de Grândola que tem vindo a crescer de forma significativa, desde há vinte anos, ultrapassando a Feira do Monte; a Feira de Melides que também tem vindo a crescer, ao contrário do que tem acontecido com a Feira de Santo André. Acrescentou que é preciso adaptar os espaços existentes e estudar a modalidade das feiras a realizar, as quais deverão ter como objectivo a promoção do Município e da região. -----

Interveio o senhor Carlos Pereira Dias, começando por referir que as feiras perderam as características que as distinguiu; deixou de haver o arraial do gado, a venda de vinhos e petiscos, da ginjinha, do polvo assado e de outras actividades típicas que passaram a ser proibidas, considerando que as feiras estão higienizadas até à exaustão e deixaram de ter importância comercial. Era o local onde as pessoas se deslocavam para comprar e vender o gado e os produtos agrícolas e para proporcionar distrações à família, durante alguns dias.-----

Acrescentou que proliferaram as feiras agrícolas, mas foram perdendo o tradicionalismo, ficando esvaziadas e sem sabor. -----

Mais referiu concordar com a criação de um grupo de trabalho para estudar com mais profundidade o modelo alternativo para aqueles certames. -----

O senhor Francisco Roque referiu que é notória a dificuldade de sustentação duma Feira como a Santiago, cuja temática é a agricultura. Contudo, considerou que a mesma não pode ser comparada com uma feira generalista, como é a Feira de Grândola. -----

Mais referiu que aquelas feiras estão cada vez mais esvaziadas, embora as Câmaras Municipais se esforcem por as manter, a todo o custo. -----

Acrescentou que a Feira de Santo André ganhou condições com a mudança do espaço, mas perdeu dimensão popular. -----

Mais referiu que as feiras temáticas podem dar alguma substância aos certames, dando como exemplo a Feira do Pinhão que se realiza anualmente em Alcácer do Sal, considerando ainda que a especialização das feiras poderá ser um caminho a seguir, inovando pela diferença. -----

Interveio novamente o senhor Jorge Pinela, referindo que há situações que deveriam ter sido tomadas em conta, dada a sua evidência, como por exemplo o facto de ter sido extinto um dos dois mercados mensais que se realizavam na Cidade de Santiago do Cacém e se ter optado por realizar aquele cuja data coincide com o mercado de Grândola, o que contribuiu para o seu definhamento, enquanto o mercado mensal de Santo André surgiu do nada e tem prosperado. -----

Mais referiu que na Feira Agrícola deveriam ser promovidos colóquios para discussão dos problemas do sector agrícola, como já aconteceu, considerando pertinente uma abordagem sobre o problema do nemátodo e as suas consequências para o Município, convidando para o efeito técnicos especialistas na matéria e entidades responsáveis pela Floresta.-----

Sobre o abate dos pinheiros, referiu que se está a actuar nos espaços públicos, mas não se actuou nos espaços privados, o que não contribuirá para a erradicação da doença.-----

Mais referiu que a madeira é negociável, pode é valer pouco para os proprietários dos pinhais, acrescentando que a mesma está a ser depositada em Pegões, seguindo depois para unidades de transformação, onde é utilizada como matéria prima na produção de papel, pelo que, alguns indivíduos estarão a aproveitar esta situação para fazer negócio.

O senhor Jaime Cáceres referiu que a Feira de Santo André tinha mais movimento quando se realizava junto ao Caminho Municipal, situação que não se podia manter devido ao grande aumento do fluxo de trânsito naquela via. Acrescentou que o novo espaço necessita de uma grande intervenção, e que é preciso avaliar se vale a pena avançar com o investimento. Considerou que o número de visitantes não diminuiu e que foi positiva a introdução, há quatro anos, da vertente de artesanato. -----

Referiu ainda que embora o espaço possa não ser o ideal, não faz sentido a deslocação daquele certame para um espaço na Cidade de Vila Nova de Santo André. -----

Mais referiu que o Mercado mensal de Santo André é o maior do Litoral Alentejano, contando com duzentos e cinquenta feirantes permanentes, para o que tem contribuído também o esforço da Junta de Freguesia.-----

Relativamente à Feira de Melides, lembrou que importava ter em conta que o seu impulso se deveu ao investimento resultante das contrapartidas por parte da Companhia Logística de Combustíveis. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que são diversos os modelos de feiras e que no Município existe o modelo tradicional espelhado na Feira do Monte, com ligação à Padroeira, Nossa Senhora do Monte, que se realiza em Setembro, época de transição das colheitas, a qual teve, inicialmente, uma matriz agrícola, dado que os feirantes se deslocavam à mesma para venderem o azeite e demais produtos da terra, bilhas de barro e outras, de cuja receita retiravam uma parte para adquirirem mantas e vestuário para o Inverno. E o modelo consubstanciado na Feira Agrícola, a Santiagro, a qual, desde o ano anterior, referenciada como Feira Agro Pecuária e do Cavalo, realizada pela Negdal, com base em várias parcerias nomeadamente, a Câmara Municipal, Caixa Agrícola e várias associações, de agricultores e pecuária, a qual tem tido um papel importante na promoção do Município, pese embora alguns

condicionalismos do espaço, onde se tem vindo a investir para a criação de melhores infraestruturas. -----

Acrescentou que a matriz do cavalo, com a realização de várias actividades equestres, marca a diferença, e que o certame deve ser apoiado, dado que tem vindo a captar novos e importantes expositores que ali apresentam as várias facetas da actividade económica do Município e da região. -----

Mais informou que se chegou a equacionar a hipótese de juntar as duas feiras, numa só, contudo, a Feira do Monte, com uma tradição de duzentos anos, não poderá acabar. Acrescentou que a mesma tem tido altos e baixos ao longo do tempo, e que, nos últimos anos, se tem vindo a apostar na componente artesanal.-----

Referiu ainda que se deverá ter em conta as características e singularidades dos certames, dando como exemplo a Feira Medieval de Alvalade, a qual surgiu ligada à reconstrução do Pelourinho, por parte da Câmara Municipal, equipamento que estava no imaginário das pessoas, as quais, com a sua energia e o apoio das autarquias têm vindo a realizar aquela Feira anualmente. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao senhor Vereador José Rosado, o qual começou por referir que a Santiago está enraizada nas tradições agrícolas e tem vindo a ser organizada com suporte numa parceria com várias entidades ligadas ao sector, e com base num modelo que começava a dar sinais de estar esgotado. Acrescentou que nos últimos anos aquela questão tem vindo a ser debatida com todos os associados e foi também aberta a discussão a expositores e visitantes, no sentido de recolher contributos para a alteração do modelo que permita uma maior dinâmica do certame, com base nos quais têm vindo a ser introduzidas melhorias significativas, consubstanciadas no aumento significativo de visitantes que, em dois mil e cinco, eram na ordem dos quinze mil e nos último anos entre cinquenta a sessenta mil. -----

Mais referiu que a discussão sobre as questões relacionadas com a Feira se mantém em aberto, acrescentando que se continua a investir no sentido de proporcionar melhores condições aos expositores e aos visitantes e para dignificar os certames, ao mesmo tempo que se tenta captar novas parcerias enquanto as já existentes continuam a apostar nos mesmos. -----

Informou ainda que haverá novidades nos certames a realizar no ano em curso, quer na Santiago, quer na Feira do Monte, e que se perspectiva a realização, na Santiago, de um primeiro colóquio internacional sobre a temática do cavalo, promovido pela SAGRAN, entre outros. -----

Sobre a Feira do Monte, informou que foi constituída uma equipa coordenada por si e pelo senhor Vereador Álvaro Beijinha, com vista à realização da mesma, e que se continuará a aposta no artesanato. -----

Concluiu, referindo que existe vontade de mudar e de inovar aqueles certames, considerando importante que continuem a ser dadas sugestões para o efeito. -----

O senhor José Sucena referiu que, sem prejuízo da Câmara Municipal considerar algumas achegas que foram e/ou venham a ser dadas, entendeu, pelo exposto, que a mesma tem um projecto estruturado para a realização dos certames, pelo que, na sua opinião, não se justificaria, nesta altura, a criação de uma comissão para tratar daquele assunto. -----

Interveio novamente o senhor Jorge Pinela, referindo que será necessário melhorar alguns aspectos da organização das feiras, para corrigir situações negativas que se verificaram nos anos anteriores, nomeadamente no que respeita aos bilhetes, de forma a permitir que os visitantes, no mesmo dia, possam sair do recinto e voltar a entrar, sem

terem que adquirir outro bilhete, assim como deverá ser revista a adequação dos espectáculos ao espaço. -----

O senhor Presidente colocou a votação a **proposta** do senhor Arnaldo Frade de criação de uma Comissão ou Grupo de Trabalho para se debruçar sobre a questão dos certames no Município, a qual foi **rejeitada, por maioria**, com treze votos contra, dos eleitos da CDU, senhores Sérgio Bento, Paula Lopes, José Sucena, Margarida Pereira, Igor Guerreiro, Albano Mestre, António Albino, Hélder Nunes, Vítor Barata, Jaime Cáceres, Armando Climas, Pedro Gamito e Fernando Gonçalves. -----

Cinco abstenções, sendo quatro dos eleitos da CDU, senhores Joaquim Gamito, Maria Olímpia Silva, António Gonçalves e João Saraiva de Carvalho, e uma do eleito do BE, senhor Francisco Roque. -----

Oito votos a favor, quatro dos eleitos do PS, senhores Arnaldo Frade, José Cintrão, Fernando Pereira de Sousa e Alberto de Brito, e quatro dos eleitos do PSD, senhores Carlos Pereira Dias, Nuno Braz, António Isidoro e Jorge Pinela.-----

4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

---a) Projecto de Postura Municipal de Trânsito (Condicionamento de trânsito de veículos de transporte de mercadorias perigosas nos perímetros urbanos do Município de Santiago do Cacém);-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou ao senhor Vereador José Rosado com a competência delegada naquele âmbito, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar o Projecto de Postura Municipal de Trânsito.”Condicionamento de trânsito de veículos de transporte de mercadorias perigosas nos perímetros urbanos do município de Santiago do Cacém”

*-----

FUNDAMENTOS: A presente Postura foi elaborada ao abrigo do disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, na alínea a) do nº 1 do artigo 18º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, na alínea a) do nº 2 do artigo 53º, alínea u) do nº 1 e alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, na Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, no Código da Estrada aprovado pelo Decreto-Lei nº 114/94, de 3 de Maio, alterado pelos Decretos-Lei nº 2/98, de 3 de Janeiro, nº 265-A/2001, de 28 de Setembro, Lei nº 20/2002, de 21 de Agosto e Decreto-Lei nº 44/2005, de 23 de Fevereiro.”-----

* Documento que é dado como reproduzido na acta com o número dois, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas depois de rubricado pelos membros da Mesa.”-----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão.-----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**”-----

DELIBERAÇÃO SOBRE O PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS-----

Atingidas que foram as vinte e quatro horas, o senhor Presidente propôs que os trabalhos se prolongassem por mais trinta minutos, de acordo com o previsto no Regimento.-----

A **proposta** foi **aprovada, por unanimidade.**-----

---b) Pedido de autorização de colocação das Armas do Município no cartão de sócio da Casa do Benfica de Santiago do Cacém;-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Solicitar autorização à Assembleia Municipal para o uso do brasão por parte da Casa do Benfica, uma vez que cabe a este órgão deliberativo a competência para a constituição do brasão do Município e sua utilização. -----

FUNDAMENTOS: De facto – A Casa do Benfica de Santiago do Cacém solicitou no seu ofício datado de 10 de Outubro de 2008, autorização para a colocação das armas do município nos cartões dos seus associados. -----

De direito – Nos termos da alínea t), do nº 2 do artigo 53 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro e nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64 do mesmo diploma.” -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente colocou, de imediato, a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.**” -----

---c) Pedreira dos Fornecos – Declaração de Interesse Municipal; -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou ao senhor Vereador Álvaro Beijinha, com competência delegada naquele âmbito, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal a emissão de declaração que ateste o interesse municipal na ampliação da “Pedreira dos Fornecos”, sita em Deixa-o-Resto, na Freguesia de Santo André. -----

FUNDAMENTOS: 1. O reconhecimento do Interesse Municipal da obra a efectuar nos termos da alínea h), nº 2 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002; -----

2. A emissão por parte da Assembleia Municipal, nos termos da alínea b), do nº 3 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002.” -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e três votos a favor, dezassete dos eleitos da CDU, senhores Sérgio Pereira Bento, Maria Olímpia Silva, Carlos Pereira Dias, Arnaldo Frade, Paula Lopes, Joaquim Gamito, António Gonçalves Pereira, João Saraiva de Carvalho, Igor Almeida Guerreiro, Albano Mestre, António Albino, Hélder Nunes, Vítor Barata, Jaime Cáceres, Armando Climas, Pedro Gamito e Fernando Gonçalves, quatro dos eleitos do PS, senhores Arnaldo Frade, José Cintrão, Fernando Pereira de Sousa e Alberto de Brito, dois de eleitos do PSD, senhores Carlos Pereira Dias e Jorge Pinela. Três abstenções, duas, de eleitos do PSD, senhores Nuno Braz e António Isidoro, e uma do eleito do BE, senhor Francisco Roque.” -----

--- c) Pedreira “Monte das Sesmarias” – Declaração de Interesse Municipal; -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou ao senhor Vereador Álvaro Beijinha com competência delegada naquele âmbito, o qual apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal a emissão de declaração que ateste o interesse municipal na regularização da Pedreira “Monte das Sesmarias”, sita na Freguesia de Santo André. ----

FUNDAMENTOS: 1. O reconhecimento do interesse municipal da obra a efectuar nos termos da alínea h), nº 2 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002. -----

2. A emissão de declaração por parte da Assembleia Municipal, nos termos da alínea b), do nº 3 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002.”-----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte e três votos a favor, dezassete dos eleitos da CDU, senhores Sérgio Pereira Bento, Maria Olímpia Silva, Carlos Pereira Dias, Arnaldo Frade, Paula Lopes, Joaquim Gamito, António Gonçalves Pereira, João Saraiva de Carvalho, Igor Almeida Guerreiro, Albano Mestre, António Albino, Hélder Nunes, Vítor Barata, Jaime Cáceres, Armando Climas, Pedro Gamito e Fernando Gonçalves, quatro dos eleitos do PS, senhores Arnaldo Frade, José Cintrão, Fernando Pereira de Sousa e Alberto de Brito, dois de eleitos do PSD, senhores Carlos Pereira Dias e Jorge Pinela. Três abstenções, duas, de eleitos do PSD, senhores Nuno Braz e António Isidoro, e uma do eleito do BE, senhor Francisco Roque.”-----

---e) Estatutos da CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral; -----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA: 1.** Aprovar os estatutos da CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo. *-----

FUNDAMENTOS: 1. A Lei n.º 45/2008, de 27 de Agosto veio reformular o modelo do associativo municipal, adequando-o às necessidades da nova Lei das Finanças Locais, do QREN e da descentralização de competências. -----

2. A Lei 45 determina a tipologia, natureza e constituição das associações de municípios, prevendo dois tipos de associações de municípios: as de fins múltiplos e as de fins específicos. -----

3. As associações de municípios de fins múltiplos, designadas Comunidades Intermunicipais (CIM), são pessoas colectivas de direito publico constituídas por municípios que correspondem a uma ou mais unidades territoriais definidas com base nas Nomenclaturas das Unidades Territoriais Estatísticas de nível III (NUTS III) e adoptam o nome destas. -----

4. As CIM passam a desempenhar um verdadeiro papel no planeamento e gestão de estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental no seu território. É igualmente de salientar a participação das CIM nos órgãos de aconselhamento estratégico dos PO Regionais do QREN, assim como a atribuição que lhes é conferidas para assegurar a articulação de actuação entre os municípios e a administração central, bem como exercer as atribuições transferidas pela administração central e o exercício em comum das competências delegadas pelos municípios que as integram. -----

5. A Associação de Municípios do Litoral Alentejano (AMLA), criada ao abrigo do anterior quadro legal, terá de se adaptar ao novo regime legal. Para tanto, devem os estatutos da nova associação ser aprovados pelos respectivos órgãos, isto é, de acordo com o n.º 1 do normativo legal que se vem citando, as CIM são instituídas com a aprovação dos estatutos pelas assembleias municipais da maioria absoluta dos municípios que as integram. -----

6. A “CIMAL – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral” é constituída pelos municípios de Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines e tem a sua sede no Largo Manuel Sobral – Edifício GAT, Grândola.” -----

* Documento que é dado como reproduzido na acta com o número três, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----
Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**. -----

---f) **Consentimento expresso da não inclusão do Município de Santiago do Cacém na sociedade a criar pela Associação de Município do Distrito de Setúbal.**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte “**PROPOSTA:** Aprovar a não inclusão do Município na Sociedade que irá ser criada pela AMDS. -----

FUNDAMENTOS: 1. A sociedade a criar pela AMDS, terá por objecto social, a criação das infra-estruturas e a gestão do sistema de recolha, transporte, tratamento e descarga nos meios receptores dos efluentes de actividades agro-pecuárias e agro-industriais; recolha, transporte, tratamento e rejeição de efluentes e eventual reciclagem de águas residuais; recolha transporte, tratamento e rejeição ou valorização de resíduos; deposição de lamas provenientes do tratamento de efluentes e sua eventual reciclagem; venda de produtos provenientes da sua actividade; consultadoria e prestação de serviços nas mesmas áreas, em áreas semelhantes, acessórias ou complementares, localizadas na área dos Municípios de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal e uma vez que o Município de Santiago do Cacém, não se encontra no âmbito territorial da intervenção da nova sociedade a criar, terá que consentir expressamente a sua não inclusão na sociedade que irá ser criada.-----

2. De acordo com o nº3 do artigo 8º dos Estatutos da AMDS (criada nos termos da Lei nº11/2003, de 13 de Maio), é possível a criação de empresas intermunicipais, associação com outras entidades públicas, cooperativas ou privadas e a criação ou participação em empresas privadas de âmbito regional, com um âmbito geográfico inferior, ao da totalidade dos municípios associados, desde que os municípios não incluídos nos correspondentes projectos, dêem o seu expresso consentimento a essa não inclusão. ----

3. Assim compete à Câmara Municipal nos termos da alínea a) do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro com as alterações da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos, apresentar à Assembleia Municipal proposta de pedidos de autorização em relação às matérias previstas na alínea m) do nº2 do artigo 53º.” -----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----
Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente colocou a **proposta**, de imediato, a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade**.” -----

5. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentação da informação sobre a actividade da Câmara Municipal, de Novembro e Dezembro de dois mil e oito, e Janeiro de dois mil e nove, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número quatro, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal destacou a importância para o Município da constituição do **Pólo de Desenvolvimento Turístico do Litoral Alentejano**,

recentemente criado, onde a Câmara Municipal ocupa uma das vice-presidências, acrescentando que tem vindo a ser destacada a postura interventiva da Câmara Municipal no sector do Turismo, com base num plano estratégico que já tinha definido para o mesmo, numa lógica de desenvolvimento integrado. -----

Informou sobre o desenvolvimento do processo do **Quartel da GNR do Cercal do Alentejo**, referindo que, no dia anterior à reunião da Assembleia Municipal, tinha recebido uma delegação do MAI – Ministério da Administração Interna, a qual acompanhou numa visita às instalações do Posto daquela Força de Segurança, naquela Vila, na qual participou também o Presidente da Junta de Freguesia, onde puderam verificar a falta de condições de acomodação e de segurança das instalações do Posto. Visitaram também as instalações da Escola da Pouca Farinha que a Câmara Municipal disponibilizou para alojamento provisório daquela Força da Segurança, cujo espaço os membros da delegação consideraram insuficientes. Foram ainda visitar dois terrenos, onde poderia vir a ser construído o Quartel, para cujo modelo tipo são necessários dois mil e quinhentos metros quadrados, de acordo com a disponibilidade que já tinha sido indicada pela Câmara Municipal. -----

Mais informou que transmitiu àquela delegação a sua estupefacção sobre o atraso no processo, dado que lhe foi transmitido que não havia projecto, nem sabiam onde iam ser construídas as novas instalações, o que contrariava o que lhe tinha sido transmitido pelo Senhor Secretário de Estado, em catorze de Dezembro de dois mil e oito, de que podia ficar descansado que a obra iria avançar. -----

Deu ainda conhecimento do desenvolvimento do processo relativo à **Carta Educativa do Município**, recordando que aquele documento, depois de ter sido aprovado, por unanimidade, pelos órgãos Municipais, foi remetido para a DREA – Direcção Regional de Educação do Alentejo, a fim de ser homologada, o que até ao momento não aconteceu devido à discordância sobre uma questão de fundo que se prende com o facto de naquela Carta se prever a intervenção em algumas escolas com menos de vinte alunos. -----

Mais informou que, na tarde do dia da reunião da Assembleia Municipal, teve lugar uma reunião do Conselho Municipal de Educação, ao qual foi dado conhecimento de toda a correspondência e documentação trocada com a DREA, sobre a matéria em causa. -----

Acrescentou que a representante da DREA fez uma intervenção sobre a excelência da escola, à qual se seguiram outras intervenções muito importantes de membros do Conselho sobre o tema. -----

Informou também que irão aguardar a decisão da DREA sobre o assunto, e que, se a condição para a homologação daquele documento for o encerramento das escolas com menos de vinte alunos, a qualquer preço, será preferível não ter Carta Educativa, por considerarem que tal posição não é aceitável, dado que já foram homologadas cartas educativas de outros municípios onde funcionam escolas com menos de vinte alunos, e porque, nos últimos dois anos, já foram encerradas vinte e uma escolas no Município, e só em três casos a Câmara Municipal se opôs. -----

Referiu ainda que foi feita uma forte crítica por parte dos Agrupamentos, devido à falta de colocação do pessoal auxiliar de acção educativa nas escolas secundárias de Santiago do Cacém e de Santo André. -----

Interveio o senhor Jaime Cáceres, informando que a Junta de Freguesia de Santo André vai investir na EB1 de Brescos, a qual é frequentada, actualmente, por oito alunos, porque acreditam no desenvolvimento daquela zona e, conseqüentemente, no aumento do número de alunos. -----

Solicitou ainda informação sobre o ponto de situação relativo ao projecto de Intervenção Precoce.-----

DELIBERAÇÃO SOBRE O SEGUNDO PROLONGAMENTO DOS TRABALHOS-----

Atingido que foi o limite de trinta minutos aprovado para o prolongamento dos trabalhos, o senhor Presidente propôs o segundo prolongamento dos mesmos, por mais trinta minutos, de acordo com o previsto no Regimento. -----

A proposta foi aprovada, por unanimidade.-----

Relativamente ao projecto de Intervenção Precoce, o senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir a importância do mesmo para as crianças com necessidade de acompanhamento, acrescentando que aquele projecto está a ser implementado por profissionais qualificados, e com base num Protocolo entre o ICE – Instituto das Comunidades Educativas e três entidades dos sectores da Saúde, Educação e Segurança Social. Mais referiu que existem dificuldades, devido à falta de cumprimento do protocolado por parte da DREA, que previa a colocação de quatro educadores, para acompanhamento das oitenta e quatro crianças diagnosticadas. Situação que levou a que o ICE promovesse uma reunião com os encarregados de educação, responsáveis das autarquias e uma representante daquela Direcção Regional, onde foi manifestado o descontentamento e as preocupações existentes sobre este processo, relativamente ao qual foi dado um prazo à DREA para responder.-----

Mais referiu que, entretanto, o ICE o informou que a medida tomada pela DREA para responder ao problema passaria por retirar uma Educadora da equipa de Sines para a colocar na equipa de Intervenção Precoce de Santiago do Cacém, a qual não será a mais ajustada, porque aquele problema não deveria ser resolvido com o prejuízo de outros.---

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pelo senhor Primeiro Secretário a relação em **minuta das deliberações** tomadas na presente Sessão, a constar em acta. -----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo senhor Presidente, não se tendo verificado inscrições para o fazer. -----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade.**-----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, era uma hora, do dia vinte e oito de Fevereiro de dois mil e nove.-----

Desta Sessão se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa. ----

